

■ Os jovens do ensino médio: a opção profissional pela docência

 *Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas **
*Natália Soares de Albuquerque Almeida ***
*Mariana de Paula Ferreira de Oliveira ****

Resumo: Este estudo, realizado sob a nossa coordenação e financiados pelo CNPq/ProC/UnB, visou compreender os motivos que levam os estudantes do ensino médio a optarem pela profissão docente. Indagamos: o que leva o jovem do ensino médio a se interessar pela profissão docente? Quais os motivadores que despertam o interesse dos alunos do ensino médio pela profissão? A opinião da família influencia o jovem a optar pela profissão docente? A pesquisa foi fundamentada em autores que abordam temas como o papel social do ensino médio e sua formação para o trabalho, juventude e docência. A metodologia, de cunho qualitativo, foi aplicada com jovens estudantes de duas escolas de ensino médio de uma região administrativa do DF. Através da análise dos dados foi possível perceber o grau de conhecimento sobre as diversas profissões, em especial a profissão docente, e a realidade em que se encontram estes estudantes quanto à orientação da família a esse respeito. Concluímos que a docência ainda é alvo de preconceitos e receios, principalmente no que se refere a reconhecimento e prestígio social. É dominada pela preferência feminina e a maioria daqueles que se interessam pela profissão docente não recebe influência familiar. Ao contrário, quando existe, esta é predominantemente negativa, carregada de preconceitos e falta de conhecimento. Se por um lado os pais seguem patrocinando aquele pensamento antigo de que o jovem deve escolher um curso de retorno financeiro rápido e reconhecimento social, a escola, por outro, motiva essa escolha, especialmente pela iniciativa individual de seus professores.

Palavras-chave: Profissão docente. Ensino Médio. Escolha profissional.

* *Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas é graduada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e PHD em Educação pela Universidade de Brasília. Professora permanente dos PPGE e PPGE-MP da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Pesquisadora e líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docentes: formação, saberes e práticas - Geppesp. Contato: otiliadantas@gmail.com*

** *Natália Soares de Albuquerque Almeida é licenciada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2016) Contato: nataliasalbuquerque@gmail.com*

*** *Mariana de Paula Ferreira de Oliveira é licenciada em Pedagogia pela Universidade de Brasília / UnB (2014). Contato: mari.ferreira.bsb@gmail.com*

Introdução

Os debates e discussões acadêmicas têm evidenciado que a profissão docente tem sido pouco procurada por parte dos jovens em relação a sua escolha profissional. Contudo, os alunos do ensino médio compreendem a necessidade e a importância de bons professores para o desenvolvimento do país e, apesar de tudo, mesmo sendo o magistério preferido por parte de alguns destes jovens, ainda há uma parcela destes que visualiza os cursos de licenciatura como sendo uma boa opção profissional.

O jovem, comumente, ao chegar ao ensino médio levanta muitos questionamentos em relação à vida profissional (que profissão seguir, que curso fazer). Geralmente os conflitos ocorrem devido à falta de apoio da escola e da família para auxiliar o jovem nessas questões educacionais e profissionais. O seu desejo é concluir o ensino médio e cursar o Ensino Superior, entretanto ainda não tem decidido sobre sua profissão (DANTAS, 2013) e (DANTAS; OLIVEIRA; 2014).

Todavia, não é raro encontrar cursistas de graduação frustrados com o curso inicialmente escolhido por não atender às expectativas iniciais. Há ainda situações mais graves de estudantes que se conscientizam de sua escolha profissional apenas no final do curso. Supomos que essa frustração seja decorrente das influências equivocadas recebidas antes mesmo da definição da carreira. Acreditamos ser necessário o estudante conhecer os diversos cursos para sentir-se confiante de sua escolha profissional. Por outro lado, acreditamos que a escola, em especial, pode contribuir com esse percurso do aluno proporcionando um contato prévio e pedagógico entre o estudante e a graduação.

Dizem Gatti e Barreto (2009) que a baixa atratividade pela carreira docente parece ser uma problemática relevante para a sociedade, pois com o passar dos anos refletirá na falta de professores. Assim, dentro deste contexto de relevância social levantamos as seguintes questões norteadoras para o desenvolvimento deste estudo: i) O que leva o jovem do ensino médio a se interessar pela profissão docente? ii) Quais os motivadores que despertam o interesse dos alunos do ensino médio pela profissão? iii) A opinião da família influencia o jovem a optar pela profissão docente? Neste sentido, nosso objetivo consiste em compreender os motivos que levam os estudantes do ensino médio a optarem pela profissão docente.

O estudo foi realizado sob a nossa coordenação e financiado pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIC/CNPq). Para realização da pesquisa contamos com a colaboração de: Sete jovens estudantes de três escolas públicas da Região Administrativa IX do Distrito Federal e dois professores colaboradores atuantes na rede pública. O tempo de pesquisa ocorreu entre março de 2013 a junho de 2014 possibilitando, até o presente momento, um volume de produções importantes para a área da formação de professores.

Enfim, o estudo representa um importante instrumento de debate em prol da carreira docente, no sentido de evidenciar as ações afirmativas de valorização profissional.

1. Conceitos

Para desenvolvimento da pesquisa aportou-se nos conceitos/categorias teóricas de ensino médio, juventude, docência e trabalho no intuito de delimitar o campo teórico onde o estudo ora apresentado encontra-se assentado.

1.1 Ensino médio

Para muitos, o ensino médio é visto como uma possibilidade de preparar o jovem para o mercado de trabalho. Para outros, trata-se de uma extensão do Ensino Fundamental ou como ponte de acesso ao ensino superior. A importância do ensino médio tem relação direta com a formação acadêmica e com as perspectivas de trabalho pensadas pelo estudante, oficializada pela LDB 9394/96.

O papel social do ensino médio é a formação plena do indivíduo, de maneira que auxilie sua percepção de mundo de modo que possa agir com autonomia e responsabilidade social. Todavia, durante muito tempo não era prioridade para esta etapa do ensino. A partir de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, que surge o conceito de preparação para o trabalho no âmbito do ensino médio.

Retornando ao passado, encontramos na década de 1960 a promulgação da Lei 4.024/6 referente as primeiras Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei estabelecia os caminhos para os ensinos primário, ginásial e secundário, dentre outros, e sua organização, bem como os recursos necessários para seu desenvolvimento. O artigo 1º define os fins da educação, referentes aos princípios de liberdade e dos ideais de solidariedade. O artigo 2º trata sobre o direito à educação afirmando que “[...] é um direito de todos e será dada no lar e na escola”. (BRASIL, 1961). Em seu parágrafo único destaca que “à família cabe escolher o gênero da educação que deve dar aos seus filhos” (BRASIL, 1961). A família poderia dar a educação em casa quando considerasse estar habilitada. De volta à escola, o estudante, mediante avaliação, seria matriculado no ano equivalente ao seu nível de conhecimento.

O início da escolaridade obrigatória dava-se a partir dos sete anos, no primeiro ano do ensino primário, pois não havia obrigatoriedade na educação pré-primária. Ao concluir o ensino primário os alunos seguiam para o ensino ginásial. Esta fase acontecia ao cursarem o ginásial e o colegial que abrangia, entre outros, cursos secundários, técnicos e formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

O ensino secundário era constituído dos ciclos ginásial e colegial com duração mínima de quatro e três anos respectivamente. O ensino técnico, outra modalidade de ensino, abrangia os cursos industrial, agrícola, comercial, normal entre outros. No que se refere ao Curso Normal o art. 52º diz que:

O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e ao desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância (BRASIL, 1961)

A formação docente nas escolas normais, no grau ginasial, tinha uma duração mínima de quatro anos. Esses alunos eram diplomados como regente do ensino primário. O grau colegial ocorria em três séries anuais. Ao final do curso recebiam certificação de professor primário. Para os estudantes graduados no colegial era ofertado curso de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento. Os professores do secundário eram formados nas faculdades de Filosofia, Ciências, Letras e Artes e a formação de professores de disciplinas específicas ocorria no ensino secundário técnico em cursos especiais de educação técnica (BRASIL, 1961).

A lei posterior a essa, a 5.640/71, traz algumas mudanças. Esta é uma emenda da lei anterior a qual altera partes da 4.024/61 para adequar as exigências políticas da época, considerando que se tratava de um governo militar. O Art. 1º, da Lei 5.692/1971, que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971), declarava que o ensino tem por objetivo principal proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Constata-se nesta lei a preocupação com a formação para o trabalho. Ou seja, alguém qualificado para o mercado, que tem experiência para o exercício de determinado cargo ou função, exercício consciente da cidadania e o conhecimento de seus direitos e deveres civis.

O art. 6º aborda sobre o regime de coparticipação entre as empresas destacando que o estágio não acarretará qualquer vínculo com a empresa, mesmo que seja remunerado e as obrigações serão especificadas em um convênio feito com o estabelecimento. É o acontece hoje. Há empresas conveniadas onde estudantes, a partir de determinada série, podem passar a realizar estágio. Porém, em 1982, foi criada outra emenda de Lei alterando vários artigos da Lei anterior, em sua maioria no que referia ao ensino profissionalizante. Trata-se da Lei 7.044, de 1982, destinada exclusivamente ao 2º grau, que alterou a Lei 5.640/71 referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.

O art. 1º desta lei foi alterado para: “O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”. Apenas uma palavra foi alterada em relação à lei anterior. Trocou-se “qualificação para ao mercado de trabalho”, para “preparação para o mercado de trabalho”. Já se percebe grande diferença, pois qualificar alguém é deixá-lo apto para o exercício de tal atividade, enquanto preparar significa apenas dar noções, não deixando o aluno necessariamente pronto para o mercado de trabalho.

Outra mudança significativa ocorreu no Parágrafo 2º do Art. 4º quando afirma que a preparação para o mercado de trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensinar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino. Diferentemente de como acontecia, a partir daquele momento seria facultativo para as escolas e para os educandos. Todavia não se pode considerar que a Lei 7.044/82 tenha sido uma lei de reforma da educação (BRASIL, 1982), pois sua estrutura não foi alterada significativamente, além de ser o mesmo contexto social. Pode-se dizer que ocorreu um ajuste à lei 5.692/71 produzindo uma emenda da emenda.

A grande reforma na educação surgiu com a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação. O Art. 1º trata “da Educação” e diz que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Em um linguajar mais simples, diz que podemos aprender em todos os ambientes. O parágrafo 2º deste mesmo artigo diz que a educação deverá se vincular ao mundo do trabalho e à prática social estabelecendo uma relação, o que diverge das leis que vimos anteriormente, onde o trabalho estava ligado ao ensino.

Em toda leitura da LDB-96 encontramos sinais sobre preparar para o mundo do trabalho. No Art. 35, quando trata do ensino médio, este tema permaneceu como destaca o Inciso II que o ensino médio terá como finalidade a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando.

A respeito da formação dos professores houve um grande avanço, pois, a partir dessa lei foi definido que a formação dos docentes se daria

[...] em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental [...] (BRASIL, 1996).

O Curso Normal, a partir deste momento, passou, gradativamente, a ser extinto em nível médio. Os professores que haviam sido habilitados de acordo com as leis anteriores não foram desligados de suas funções. Caso fosse de sua vontade, poderia fazer curso superior que o qualificasse de acordo com a nova lei.

Todos as leis relativas à educação tratam sobre “preparar para o mercado de trabalho”. O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005/2014, reforça essa ideia. São dez as suas diretrizes, sendo que a quinta é: “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade” (BRASIL, 2014). Uma de suas metas, até o ano de 2016, foi elevar a taxa líquida de matrículas do ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Tais metas são compostas por estratégias sendo que uma delas é “institucionalizar o programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática. Neste sentido, cabe às escolas a organização, de maneira flexível e diversificada, de conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte. Para tanto, é fundamental a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais” (BRASIL, 2014). Destarte, assim como nas leis anteriores, a Lei 13.005/14, por intermédio do PNE, tem por objetivo que o jovem conclua o ensino médio sentindo-se preparado para ingressar no mundo do trabalho.

O ensino médio, conforme o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2009), em seu artigo 68, § II, se configura

como “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do aluno, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

Esta etapa de escolarização representa uma parte importante da formação do homem. Sua função de cunho social tende a contribuir para a formação do caráter do homem não apenas como estudante, mas como cidadão, agente transformador e colaborador no processo de desenvolvimento humano. Neste contexto cabe à escola fortalecer a responsabilidade social dos estudantes, inclusive com relação à formação profissional dos jovens.

1.2 Trabalho

O ser humano se difere dos animais pois produz seus meios de existência (MARX; ENGELS, 1998). Por meio do trabalho é possível ocorrer modificações no ambiente. Para Marx (1967, p. 149):

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Dessa forma, fica evidente que a palavra trabalho não se limita a atividade laborativa ou emprego, mas “[...] é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui sua especificidade” (KOSIK, 2002). Como nos diz Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), é uma atividade que atende as demandas da vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Diz ainda tratar de necessidades que assumem singularidades no tempo e no espaço.

O modelo de sociedade capitalista sempre manteve a divisão entre os cidadãos que detém a propriedade privada – capital utilizado para incorporar trabalhadores assalariados – e aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de uma remuneração ou salário. O trabalho deixa de ser uma “[...] atividade produtora imediata de valores de uso para os trabalhadores [e] se reduz à mercadoria força de trabalho e tende a se confundir com emprego” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 63). Aos trabalhadores resta apenas vender sua força de trabalho. Ao capitalista interessava pagar o mínimo pelo tempo empreendido pelo trabalhador, coordenar e administrar para que ao término da jornada de trabalho, o salário represente apenas uma parte do tempo pago e o restante se transforma em lucro para o capitalista (mais-valia).

Para a corrente crítica, o trabalho se configura em dois: o trabalho material, aquele em que o sujeito vende sua força de trabalho em troca do salário. E há o trabalho imaterial que se diferencia do outro porque neste caso não há força física, mas energia mental, esforço mental e o professor se alinha a este tipo de trabalho. São os trabalhadores mais criticados pelo sistema porque não produzem mais-valia. Henrique Amorim (2014), diz que o trabalho imaterial é sem substância física e tem sua

fonte predominante em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, à administração, à gerência e ao controle dos processos de trabalho, ou mesmo a atividades produtivas que têm como fundamento o conhecimento e a informação utilizados dentro dos processos de trabalho. A informação e o conhecimento são, assim, considerados o núcleo duro do trabalho imaterial.

Entre a Idade Média e a Moderna, aos poucos, o trabalho agrícola foi perdendo espaço para o trabalho industrial. Porém, nas últimas décadas do século XX, o trabalho industrial tornou-se predominante abrindo espaço para o trabalho imaterial. A partir dessa afirmativa, Hardt e Negri (2000, p. 150) esclarecem que

[...] o trabalho envolvido em toda sua produção imaterial continua sendo material – mobiliza nossos corpos e nossos cérebros, como qualquer trabalho. O que é imaterial é o seu produto.

Para Tardif e Lessard (2005, p. 09) o trabalho docente é imaterial, pois a docência é uma “forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu ‘objeto’ de trabalho, o outro ser humano, de modo fundamental de integração humana”. Ao delimitarem um cenário para análise da docência, admitiram que “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, constituiu uma das chaves para a compreensão das transformações atuais da sociedade do trabalho” (TARDIF, LESSARD, 2005. p.17).

Em síntese, Tardif e Lessard (2005) destacam que:

- a classe dos trabalhadores de bens materiais está em declínio em toda sociedade moderna avançada, de maneira que os trabalhadores da área de serviços aumentam de forma veloz.
- os profissionais das áreas de serviços têm alcançado posições superiores em relação ao outro grupo.
- as atividades estão relacionadas às profissões e aos profissionais que são representantes típicos de grupos de especialistas na gestão de problemas econômicos e sociais, auxiliados pelas ciências naturais e sociais.
- as profissões que têm o ser humano como tema central de seu trabalho, tiveram respeitável admiração na sociedade moderna.

Com essas informações, a docência deixa de ser vista como um trabalho auxiliar ou periférico quando se refere ao trabalho produtivo. Anteriormente, a docência era vista como subordinada à produção, pois seu foco principal era preparar os trabalhadores para o sistema produtivo industrial. O período destinado a aprender, era apenas uma preparação para a profissão que era “realmente boa”.

Segundo Marx (2008), o trabalho intelectual não possui a finalidade de produzir mais-valia para o capital, pois trata-se de um trabalho imaterial. Concordando com Marx entendemos que o trabalho docente, que é intelectual, imaterial, pois é também objeto de estudo em virtude das amplas mudanças da escola e da educação oriundas da sociedade de mercado e do mundo do trabalho, como encontramos em Hypolito e Grishcke (2013).

1.3 Juventude

A Presidência da República, por meio da Lei 12.825, de agosto de 2013, instituiu o Estatuto da Juventude. Ele considera jovem pessoas com idades entre quinze e vinte e nove anos. Porém, não se pode confundir juventude com jovens, pois estes são os sujeitos que vivem a diversidade e aqueles compreendem a fase (GIL, 2004).

Nesse contexto há uma classificação de gerações¹ que são entendidas, de acordo com Kopperschmidt (2000), como um grupo que partilha os mesmos anos de nascimento. Dessa forma, viveram os mesmos eventos sociais que foram significativos em etapas importantes do desenvolvimento. Veloso et al (2011), classifica essas gerações como: *baby boomer*, nascidos até 1964; Geração X, nascidos entre 1965 e 1977 e Geração Y, nascidos entre 1978 em diante.

Seguindo essa linha de pensamento, a pesquisa contemplou os sujeitos da geração Y, por representar o conceito atual de juventude. Os nascidos nessa geração já crescem em contato direto com as tecnologias da informação. É a primeira geração a ter mais conhecimento que as anteriores sobre tecnologia. Desde pequenos tem as agendas cheias de atividades e possuem uma infinidade de aparelhos eletrônicos, são multifacetados, conseguem administrar bem seu tempo, se conecta com um grande número de pessoas e aceitam a diversidade (COMAZETTO et al, 2016).

Nos dias de hoje as pessoas que nasceram na geração Y estão trabalhando com os das gerações anteriores, essa relação pode ser motivo de conflito, pois o pensamento e a forma de agir são diferentes. O nível de rotatividade nas empresas aumentou, pois muitas vezes o jovem não se sente desafiado, ou não acredita ter grandes oportunidades de crescimento profissional. Mas, sincronicamente, despertam o interesse do mercado de trabalho devido sua maestria e competência cultivadas junto a chegada da tecnologia (FLINK et al, 2012).

1.4 Docência

Há diversas definições sobre o que é docência. De acordo com Veiga (2006), a etimologia da palavra, vem do latim – *educere* – e quer dizer ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar e entender. Paquay e Wagner (2001) defendem que docência é uma atividade especializada fundamentada no saber científico, organizada em paradigmas e transmitida pelos seus sucessores. Tardif e Gauthier (2010), são mais práticos, pois acreditam que o saber dos educadores está firmado em uma racionalidade. Dessa forma, os mestres são capazes de ter ações, pois, com base nessa racionalidade, encontram formas para direcionar sua prática. Para Ibiapina (2007, p. 332), “a docência é a atividade em que o professor mobiliza e articula as atitudes de colaboração, reflexão, pesquisa e crítica em contexto formativo, com motivo e objetivo de mediar aprendizagens”. Entende-se que a complexidade da atividade docente agrega todos os conceitos expostos anteriormente.

Hoje se discute que a falta de um eficiente Sistema Nacional de Educação pode ser uma das razões para a profissão docente se apresentar imensamente diferenciada e fragmentada em nosso país. Há professores atuando em diferentes níveis

(federal, estaduais e municipais); professores concursados e não concursados; professores urbanos e rurais; professores das redes públicas, particulares e das redes patronais e professores titulados e sem titulação. Esse tipo de organização acarreta diferentes planos de carreira (ou a ausência deles), diferenciação de salários e dupla jornada: estadual/municipal; público/privada; educação básica/superior (SCHEIBE, 2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) definem a formação e a conduta docente. Explicita que se exige do docente da Educação Básica aptidão para sistematizar os diferentes saberes escolares à prática social e ao desenvolvimento de habilidades para o ambiente de trabalho. Dessa forma, é preciso pensar na formação dos professores para que possam encarar as diferentes demandas que lhes são entregues dentro e fora da sala de aula.

O mesmo documento supracitado levanta uma importante questão, que é a concepção de formação que deve ser adotada nos cursos de licenciatura. Há os que defendem uma formação baseada no “fazer”, destacando-se a formação prática. Existem também os que defendem uma concepção baseada na “formação teórica”, onde o objetivo central é a ampla formação do professor. A propósito, as diretrizes indicadas no I Plano Nacional da Educação (2001-2010) mostraram a imensa habilidade que se espera dos professores e que os cursos de formação devem oferecer:

Sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos; ampla formação cultural; Atividade docente como foco formativo; Contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando teoria à prática pedagógica; Pesquisa como princípio formativo; Domínio das novas tecnologias da comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério; Análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia; Inclusão das questões de gênero e da etnia nos programas de formação; Trabalho coletivo interdisciplinar; Vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática de ensino; Desenvolvimento do compromisso social e político do magistério; Conhecimento e aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos níveis e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2001).

Em 2008, observou-se carência de professores com formação específica. Dessa forma, o Ministério da Educação (MEC) propôs o Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores da Educação Básica Pública. Essa medida foi tomada, pois era prática comum os professores ministrarem aula em matérias diferentes de sua formação inicial.

A execução de uma política de formação docentes para o ensino médio foi um enorme desafio, então o Decreto nº 6.755/2009 estabeleceu objetivos para a Política Nacional de Formação de Professores. Esse decreto tratava sobre a melhoria na qualidade da Educação Básica, apoiar a oferta e expansão da formação inicial e continuada, suprir necessidades da rede, valorização docente, entre outras. Apesar de todo esforço empreendido pelo MEC com a implementação do Decreto e das demais leis que vimos no decorrer do texto, vê-se muitas falhas, pois não há o cumprimento real de todas as medidas propostas.

2. Metodologia

A pesquisa, mesmo como alguns elementos quantitativos, configura-se qualitativa, consolidando-se a partir de análise bibliográfica. Como destaca Minayo (2001, p. 22) este tipo de pesquisa:

[...] trabalha com um universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização variáveis.

Considerando ser qualitativa, procuramos compreender as manifestações de acordo com os sujeitos entrevistados. Analisamos o banco de dados do GEPESP (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Profissão docente: formação, saberes e práticas) de uma pesquisa de campo realizada em duas escolas públicas do DF, em 2013 (DANTAS, 2013).

Sendo assim, os dados foram analisados a partir da compreensão dos seguintes pontos:

- O interesse do jovem pela docência no ensino médio.
- A influência familiar exercida sobre a escolha pela profissão docente.
- A identificação que os jovens despertam por determinadas disciplinas são motivadoras no momento da escolha profissional.
- A atratividade do mercado de trabalho em relação a profissão docente.
- Esta análise nos permitiu compreender os motivadores da escolha profissional, em especial a docência.

3. Resultados

A pesquisa desenvolvida com estudantes de ensino médio de três escolas da Região Administrativa IX do Distrito Federal visou compreender os motivos que levam os estudantes do ensino médio a optarem pela profissão docente. O grupo participante desta pesquisa foi formado por 116 estudantes, divididos entre as turmas de 1º, 2º e 3º anos do ensino médio regular (Gráfico 1).

Procurou-se saber sobre: as áreas que os jovens estudantes do ensino médio demonstram mais interesse; o nível de relacionamento dos estudantes; as suas habilidades mais desenvolvidas; como os alunos se definem; o que sabem sobre a profissão que pretendem exercer; as motivações para a escolha do curso superior; a influência da família na escolha profissional; entre outras questões.

Dos estudantes pesquisados 65,5% é do gênero feminino e 34,4% do masculino, 40% (46 estudantes) cursavam o 3º ano, 43% (50 estudantes) o 2º ano e 17% (20 estudantes) o 1º ano. Ao serem indagados sobre a escolha profissional, obtivemos as mais variadas repostas. A maior parte deste grupo, respondeu e fundamentou sobre o motivo de sua escolha profissional. Outros ainda não definiram o seu futuro ofício (Tabela 1), mas já elaboraram algumas hipóteses em relação a esta decisão.

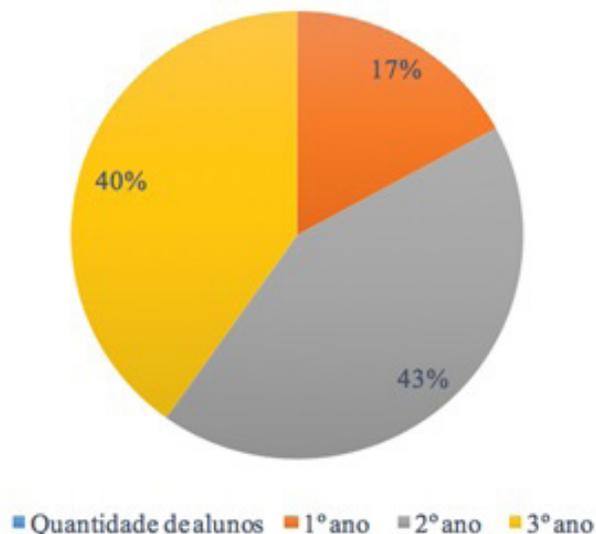
Os desejos em relação a ocupação futura variavam entre: cineasta a arquiteto, de técnico em áudio visual a geneticista.

Tabela 1. Volume de alunos indecisos quanto a escolha profissional de acordo com ano/série

Série	Total de alunos	% de indecisos
1º ano	20	20%
2º ano	50	22%
3º ano	46	21,70%

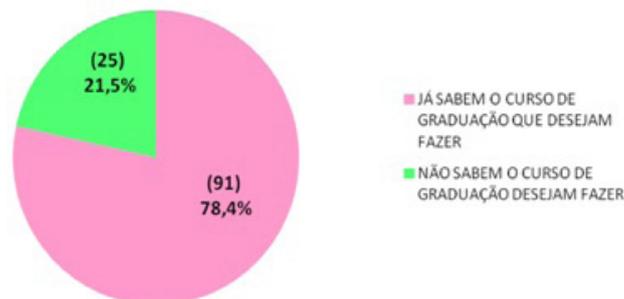
Fonte: DANTAS, 2013.

Gráfico 1. Porcentagem de Alunos por Turma



Fonte: DANTAS, 2013.

Gráfico 2. Decisão quanto à graduação.

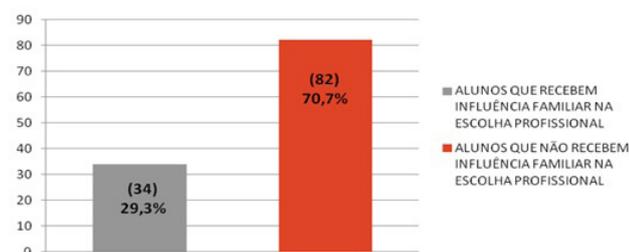


Fonte: DANTAS, 2013.

Um pequeno grupo de alunos, até aquele momento não tinha noção de que profissão gostaria de desempenhar, três deste mesmo grupo, colocou a questão salarial como fator primordial para a escolha profissional. Com base nesse resultado, fica aparentemente evidente que muitos jovens não estão certos sobre a profissão que irão seguir, mas com o retorno financeiro que o ofício poderá lhes proporcionar, como destacado no gráfico 2.

São muitos os fatores que influenciam a decisão para a escolha da profissão. Levenfus e Nunes (2002), apresentaram temas abordados pelos jovens que envolvem a difícil definição dessa escolha. Entre eles estão o gosto pela profissão e a referência à profissão. Muitas vezes, eliminam as profissões de que não gostam. Há também a dúvida: os jovens tinham dúvidas entre duas ou mais possibilidades. Outro tema abordado foi o receio de fazer a escolha errada e as pressões que sofrerem em consequência desta decisão. A universidade foi abordada

Gráfico 3. Influência familiar na escolha profissional.



Fonte: DANTAS, 2013.

ao destacarem que esta oferece liberdade e proporciona status. Citaram também sobre o mercado de trabalho, um item a ser considerado, mas não um fenômeno definitivo. A influência que sofrem dos pais, outra razão importante, (Gráfico 3) é grande, na maior parte ativa, pois eles determinam que curso fazer e onde desejam que trabalhe. Em proporção menor, há os pais que deixam os filhos livres para decidirem sobre suas próprias escolhas.

Neste grupo encontramos o aluno 070 que nos afirmou sua família exerce influência "privando-me de alguns cursos, que acham que não dão futuro". A aluna 098 diz, "meu pai gostaria que eu fosse advogada, ele não me obriga, mas desfaz da área que eu pretendo seguir (exatas), já a minha mãe me apoia bastante". Estes discursos nos leva a refletir sobre até que ponto essa pode ser uma boa interferência, pois muitas vezes o sonho profissional do filho é deixado de lado, pois o pai quer se ver realizado, ou apenas que o filho tenha um bom reconhecimento social e um ótimo salário.

Uma influência familiar que deu prazer em analisar foi da estudante 029, "uma tia é professora, e vejo sua dedicação pelos alunos, e isso me motiva". Acreditamos que o cuidado e respeito que essa familiar tem com sua profissão e com seus alunos vai além do que o que muitos enxergam como problema e isso a satisfaz de uma maneira tão singular que serve de exemplo para quem está ao seu redor.

Os dados nos mostraram que, em sua maioria, a família não tem participado deste momento importante na vida de seus filhos. Apenas 29,3% dos alunos afirmaram ter a colaboração da família sobre a escolha da profissão, enquanto que 70,7% não receberam qualquer orientação dos familiares sobre este assunto. Para estes pais que apoiavam a decisão do filho encontramos os seguintes argumentos:

Meus pais sempre me incentivaram a seguir meu sonho e então eles colaboram com isso, me ajudando a escolher corretamente e a estudar sobre a carreira que pretendo seguir. (Aluno 01);

Eles apoiam meus estudos e minhas decisões [...]. No entanto, não impõe nenhuma carreira para que eu siga (a escolha é minha). Desejam o meu melhor. (Aluno 04).

No discurso do Aluno 01 percebemos que os pais apoiavam sua escolha, porém, quando questionado sobre o motivo de sua decisão, notamos em sua resposta uma influência implícita: "Direito, sempre foi meu sonho e minha escolha desde os primórdios. Quero me destacar entre os juizes". Assim, fica o questionamento: se a escolha desse aluno fosse por uma

profissão de menor prestígio social, seus pais o apoiariam? Percebemos que se trata, neste caso, de interesse pelo prestígio social que tal profissão dissemina.

O relato do Estudante 04 reafirma o que citamos acima – a família e a escola devem participar e orientar os alunos, mas a escolha é feita por ele mesmo, pelo jovem, de acordo com sua vontade e afinidade. Apesar dos pais influenciarem positivamente, o jovem pesquisado ainda não fez sua escolha. Entretanto, há outro conjunto de pais que determina a escolha profissional do filho ou lhe deixa dúvida causando-lhe apreensão. Vejamos:

Meu pai acha que artes cênicas é perda de tempo. Minha mãe me apoia. Meu irmão fala que é besteira. (Estudante 02);

Mesmo sem querer, algumas vezes eles acabam falando coisas como: "se eu tivesse a sua idade e suas oportunidades eu cursaria direito". Talvez isso seja o que mais tenha me motivado. (Estudante 07);

Meu pai gostaria que eu fosse advogada, ele não me obriga, mas desfaz da área que eu pretendo seguir (exatas), já a minha mãe me apoia bastante. (Estudante 08).

No discurso do estudante 02 denota-se certo preconceito. Neste momento já começam as frustrações do jovem, pois a opinião da família importa muito na escolha profissional e comentários como estes, desestimulam e geram dúvidas. O estudante 07 destaca que o discurso dos pais influencia na escolha pela profissão, explicitando o curso desejado pelos pais, Direito. O curioso é que o estudante ainda não se decidiu. No discurso do estudante 08, percebemos que o curso de Direito é o almejado entre os pais, e que, neste caso, não é o que o aluno deseja, pois em relação à profissão que pretende exercer sua resposta foi: "Professor(a) de matemática ou engenheiro(a), porque gosto de exatas e também gosto de ensinar" (Estudante 08).

No relato do estudante 09 destacamos outra concepção que por diversos fatores a inserção do jovem no mercado de trabalho está cada vez mais precoce. O argumento dos pais deste aluno demonstra a ansiedade para que o filho inicie sua carreira profissional preparando-se o mais depressa possível.

Dos estudantes que não recebem influência familiar, apenas 10% ainda está indeciso em relação a sua escolha profissional, enquanto para aqueles que recebem influência, o percentual de indecisos é de 36,3%, o que confirma mais uma vez que, embora o apoio da família seja importante, não é o que define a escolha profissional do jovem estudante ou tais orientações encontram-se equivocadas. Vejamos alguns relatos dos estudantes que recebem influência de seus familiares: "Uma tia é professora, e vejo sua dedicação pelos alunos, e isso me motiva". (Estudante 02); "Alguns cursos eles tem preconceitos, já em outros mais conhecidos ele não têm". (Estudante 03)

Analisando a resposta do estudante 02 notamos uma situação especial, em que nos remete à influência através do exemplo. É importante que este aluno perceba o comportamento e a dedicação de um familiar ao exercer sua profissão, o que demonstra satisfação e realização profissional, servindo de exemplo aos outros. Esta resposta foi uma das mais surpreendentes, pois, além de ser o único relato que cita o "exemplo" como

motivação, comumente encontramos profissionais insatisfeitos com o que fazem. Diante desse cenário surge-nos a esperança de transformação na educação, pois um professor satisfeito reflete um aluno satisfeito, que por sua vez se tornará um profissional de excelência.

Na resposta do estudante 03, por exemplo, notamos explicitamente um preconceito por parte da família em relação à escolha pela docência. Podemos observar a ligação entre sucesso, reconhecimento e fama que os pais demonstram ao sugerir cursos como Direito, ou demonstrar preconceito pelos cursos que não conhecem.

Pelos discursos dos estudantes entrevistados, percebe-se que os assuntos e/ou disciplinas em que possuem maior facilidade ou melhor desempenho interfere diretamente em sua escolha. O estudante 113 afirma a decisão pela "engenharia civil, porque usa trigonometria, um assunto que tenho mais facilidade e gosto". O estudante 051 se diz atraído pela "Matemática por ser a área pela qual mais gosto".

Os alunos foram questionados se em algum momento tiveram interesse pela docência. Do total de participantes, pouco mais que 31% responderam que sim, apenas um terço do total (Gráfico 4).

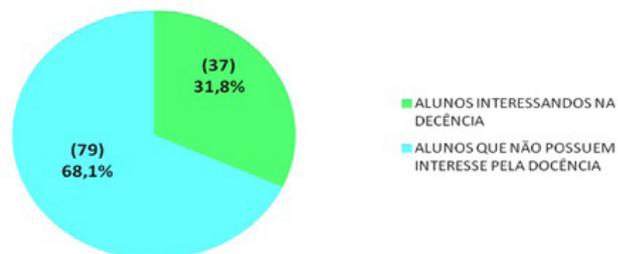
Um dos alunos (Estudante 045) explicou o motivo pela não escolha, "Não pretendo tornar-me professor, essa profissão exige muita paciência e infelizmente não possui reconhecimento". Este discurso é reflexo da desvalorização da profissão docente que por sua vez repele expressiva quantidade e qualidade de candidatos ao magistério. Para Nóvoa (2006, p.33):

Os professores nunca viram seu conhecimento específico devidamente reconhecido. Mesmo quando se insiste na importância da sua missão, a tendência é para sempre para se considerar que lhes basta dominarem bem a matéria que ensinam e possuem um certo jeito para comunicar e para lidar com os alunos. O resto é dispensável. Tais posicionamentos conduzem a, inevitavelmente ao desprestígio da profissão o, cujo saber não tem qualquer valor de troca de mercado.

Desse modo, o professor precisa ir muito além do fato de conhecer ou dominar a disciplina que leciona. O docente necessita de um posicionamento político que influencie uma construção sólida e saudável de sua identidade docente, bem como de sua categoria para o enfrentamento social de valorização de sua carreira, como também de um ensino de qualidade. Se a profissão docente fosse valorizada perante nossa sociedade certamente nossos dados seriam outros.

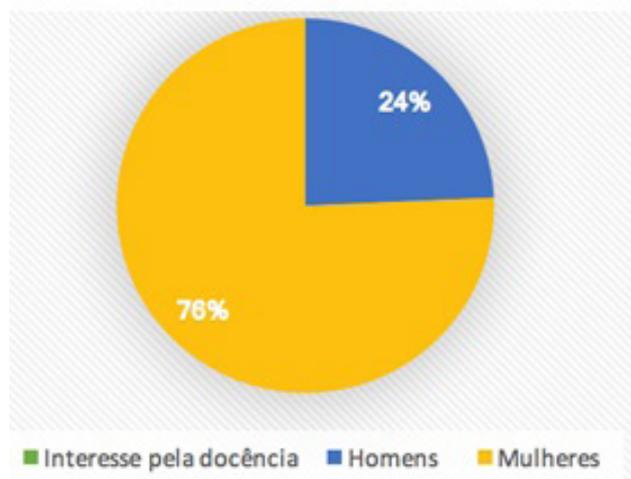
Outro destaque importante na pesquisa é que dos interessados pela docência, 76%, é do gênero feminino o que reafirma a feminilização da docência. A propósito, encontramos inúmeros estudos (CARVALHO, 1998; CATTANI, 1997; LOURO, 2001, dentre outros) que tratam a mulher professora, especialmente na história da educação brasileira. No ensino desenvolvido sob a responsabilidade do Estado, no Brasil, a docência feminina nasce no final do século XIX relacionada, especialmente, com a expansão do ensino público primário. Entretanto, a feminilização da docência ainda se encontra vinculada ao discurso machista de submissão e "fragilidade" da mulher ao desprestígio da profissão docente, sempre considerada como uma profissão menor e de pouco valor social.

Gráfico 4. Interesse pela docência.



Fonte: DANTAS, 2013.

Gráfico 5. Interesse pela Docência por Gênero



Fonte: DANTAS, 2013.

Destarte, do volume de alunos interessados pela docência, apenas 24% são do sexo masculino e 76% do sexo feminino (gráfico 5). Em relação ao elevado número percentual de mulheres que escolhem a profissão docente podemos relacionar uma visão romântica que envolve a profissão docente conforme Rêses (2015) e Freire (1997). Este dado indica que a Pedagogia continua sendo considerada um curso majoritariamente feminino pela suposta relação da professora das séries iniciais com a maternidade. Mesmo que seguir carreira docente não seja a ambição da maioria dos jovens, há o verdadeiro interesse pela docência em alguns dos participantes.

Ao serem indagados sobre o que esperam da carreira de professor os jovens demonstraram certa maturidade e não apenas a visão romântica, como é comum. A aluna 029 diz:

Espero fazer o que realmente gosto, e espero que no futuro as pessoas possam reconhecer minha paixão pela profissão e reconheçam o trabalho dos demais professores do país, uma vez que, a profissão no Brasil infelizmente não recebe o valor merecido (não em termos financeiros em alguns estados, mas em questão de merecimento, reconhecimento, etc.).

O estudante 113 nos dá a seguinte resposta para a mesma pergunta:

Eu gostaria, pois gosto de gerar conhecimento, o constante fluxo de informação é algo quem sempre me fascina. Pois eu poderia ser um

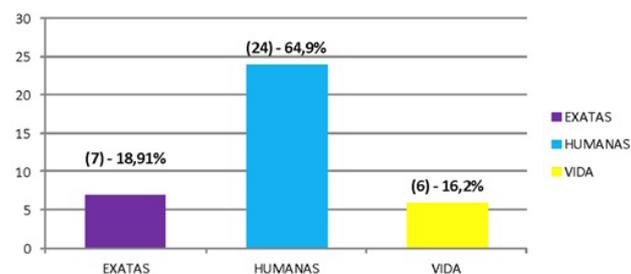
professor dentro do que eu acho ser um professor bom, que faz os alunos pensarem, sempre propor discussões e projetos dinâmicos, para desenvolver a mente das nossas gerações futuras.

Esses estudantes desejam, desde já, a valorização da sua futura profissão, anseiam ser agentes de transformação, e eles, quando professores, afirmam que tomarão as mesmas atitudes dos mestres que lhes serviram de exemplo e terão uma postura oposta aos educadores que não eram tão agradáveis em sua forma de ensinar e/ou de se portar.

Também questionamos sobre as áreas cotadas para atuação docente, 32,4% dos jovens estudantes afirma gostar, a Matemática está entre as três disciplinas escolares preferidas. A Língua Portuguesa, 24,3%, e a Física é a área de maior interesse dos 59,4% destes jovens. Organizando este pensamento nas três grandes áreas do conhecimento, 18,9% desejam atuar na docência no âmbito das Ciências Exatas, 64,9% nas Humanas e 16,2% nas Ciências da Vida. O gráfico 6 retrata este dado.

Diante do que foi visto, percebemos que é a profissão docente ainda sofre preconceito especialmente quando se trata de reconhecimento social e da questão de gênero, pois ainda é uma profissão de interesse predominantemente feminino. Temos também a influência familiar, visto que muitos pais não respeitam a decisão dos filhos, muitas vezes por falta de conhecimento da profissão que o mesmo quer seguir.

Gráfico 6. Interesse pela docência conforme a área de conhecimento.



Fonte: DANTAS, 2013.

Conclusões

Vimos, ao longo deste trabalho, um grande avanço nas leis educacionais. Até a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, não havia a obrigatoriedade de formação em nível superior para os professores da educação infantil e primeiro segmento do ensino fundamental. Observou-se também, no decorrer da análise, que um dos objetivos da educação sempre foi a formação para o trabalho. Em determinados momentos estava expresso de forma mais clara que em outros, mas esse objetivo sempre esteve presente.

De retorno ao objetivo geral e, a partir das respostas obtidas, procuramos compreender o que leva os estudantes do ensino médio a optarem pela profissão docente. Em um grupo com 116 alunos, 37 demonstraram interesse pela docência. Consideramos uma quantidade relevante, visto que alguns estão indo contra a opinião de suas famílias. Esses estudantes estão interessados em sua realização profissional e podemos confirmar que se trata de uma profissão com predominância feminina. A partir da análise inferimos que o exemplo de profissionais de sucesso é um fator relevante no momento de escolha do jovem.

Concluimos então, que a docência ainda é alvo de preconceitos e receios, principalmente no que se refere a reconhecimento e prestígio social. É dominada pela preferência feminina e a maioria daqueles que se interessa pela profissão docente não recebe influência familiar. Ao contrário, quando existe, esta é, predominantemente negativa, carregada de preconceitos e falta de conhecimento.

Entendemos, no entanto, que se a escola, conforme reza a LDB sobre as finalidades do ensino médio, assumir esta condição de preparar o jovem no sentido de orientá-los para a escolha profissional trazendo a família para ajudar a dialogar com eles, sua escolha profissional poderá ser menos sofrida e mais proveitosa, tendo em vista que possibilitará uma escolha mais consciente e próxima da realidade social em que encontra-se o estudante a partir do domínio de suas habilidades e saberes visando a sua emancipação social.

Notas

¹ Há uma pequena variação de anos para diferentes autores.

Referências bibliográficas

- AMORIM, H. **As teorias do trabalho imaterial**: uma reflexão crítica a partir de Marx. Salvador, v. 27, n. 70, jan./abr. 2014.
- BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61**. Brasília:1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96**. Brasília: 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
- _____. **Plano Nacional da Educação: nº 13.005/2014**. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus: nº 5.692/71**. Brasília:1971. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2016.
- _____. **Lei nº 7.044/82**. Brasília, 1982. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 06 nov. 2016.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- CARVALHO, M. P. de. Vozes masculinas numa profissão feminina. In: **Revista Estudos Feministas**. vol. 6, n. 2. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.
- CATTANI, Antonio David et al. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COMAZETTO, L. R.; PERRONE, C. M.; VASCONCELLOS, S. J. L.; GONÇALVES, J. A geração Y no mercado de trabalho: um estudo comparativo entre gerações. **Psicologia**: ciência e profissão. Brasília, n. 1, p. 145-157, jan./mar. 2016.
- DANTAS, O. M. A. N. A. O dilema dos jovens acerca de sua identidade profissional: **Livro de Resumos**. Brasília: UnB/DPP/ProIC, v. 3, p. 79, 2013.
- _____; OLIVEIRA, M. P. F. O que pensam os jovens sobre a profissão docente: as mediações no ambiente escolar. 20º Congresso de Iniciação Científica da UnB. 11º Congresso de Iniciação Científica do DF. **Anais...** Brasília: UnB, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Distrito Federal - SEEC/DF, 2009.
- FLINK, R.; FERREIRA, C. N.; HONORATO, G. M.; PROENÇA, T. S. Porque e como atrair e reter profissionais da geração Y nas empresas. In: IX Convibra Administração – congresso virtual brasileiro de administração: **Anais...** São Paulo: Convibra administração, 2012.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 1997.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores**: Aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Brasília Unesco, 2009.
- GIL, C. Z. V. **Juventude e Contemporaneidade**: possibilidades e limites. Última Década (Imprensa), v.20, p. 47-69, 2004.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Massachusetts: Cambridge, 2000.
- HYPOLITO, A. M.; GRISHCKE, P. E. Trabalho imaterial e trabalho docente. **Educação**, Santa Maria, v. 38, n3, p. 507-522, set./dez. 2013.
- IBIAPIANA, I. M. L de M. (Org.). **Formação de professores**: texto & contexto. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.
- KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- KUPPERSCHMIDT, B. R. Multigeneration employees: strategies for effective management. **Health Care Manager**. n. 19, p. 65-76, 2000.
- LEVENFUS, R. S.; NUNES, M. L. T. Principais temas abordados por jovens centrados na escolha profissional. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P. (Org.). **Orientação vocacional ocupacional**: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: ____ (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MARX, K. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. Manuscritos econômicos filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. Tradução de Octavio Alves Velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NÓVOA, A. **Professor e o novo espaço público da educação. Educação e sociedade**: perspectivas educacionais no século XXI. Santa Maria, RS. UNIFRA, 2006.
- PAQUAY, L. ALTET, M.; ; WAGNER, M. C. Competências profissionais privilegiadas nos Estágios e na videoformação. In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; CHARIER, E. **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?** Porto Alegre: Artmed, 2001. P. 135-159.
- RÊSES, E. S. **De vocação para profissão**: organização sindical docente e identidade social do professor. Brasília: Paralelo, 2015.
- SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a Educação Básica: Questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v.31, p. 981-1000, 2010.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis; Vozes, 2005.
- _____; GAUTHIER, C. **A pedagogia**: teorias e práticas das Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Vozes, 2010.
- VELOSO, E. F. R.; SILVA, R. C.; DUTRA, J. S. Gerações e Carreira: A Relação entre as Percepções sobre Carreiras Inteligentes e sobre Crescimento Profissional nas Organizações. In: **XXXV Encontro da ANPAD**, Anais... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2011.